



COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2025.
(Da Sra. Professora Luciene Cavalcante)

Requer a realização de Audiência Pública para debater as cobranças indevidas por Bancos privados em relação a clientes aposentados, quebrando a confiança no débito automático.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal combinado com os artigos 24, III, e 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, vem requerer a realização de Audiência Pública com o fito de debater as cobranças indevidas por Bancos privados em relação a clientes aposentados, quebrando a confiança no débito automático.

Para tanto, sugerimos os seguintes convidados, que poderão apresentar relevantes informações sobre o tema:

1. Marcelo Noronha, presidente do Banco Bradesco;
2. Gabriel Galípolo, Presidente do Banco Central;
3. Representante da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN);
4. Representante da Controladoria-Geral da União (CGU).





JUSTIFICATIVA

A situação revelada pela recente investigação jornalística¹ sobre débitos automáticos irregulares em contas de aposentados configura um grave descumprimento das normas bancárias e uma violação dos direitos dos consumidores idosos. Os fatos expostos demonstram que instituições financeiras de grande porte vêm sistematicamente realizando descontos não autorizados em benefício de empresas terceiras, muitas delas sem a devida autorização do Banco Central, causando prejuízos financeiros significativos a milhares de beneficiários do INSS.

Este cenário alarmante exige um amplo debate público que envolva todos os atores relevantes: órgãos reguladores, instituições financeiras, representantes dos aposentados e especialistas em proteção ao consumidor. A audiência pública se faz necessária para apurar responsabilidades, identificar falhas no sistema de controle e propor medidas concretas que impeçam a repetição dessas irregularidades.

Os dados apresentados evidenciam que os mecanismos atuais de proteção aos correntistas têm se mostrado insuficientes para coibir abusos, especialmente quando se trata de população mais vulnerável como os aposentados. A prática de transferir a responsabilidade pelas cobranças indevidas para as empresas terceiras, enquanto os bancos lucram com tarifas sobre cada transação realizada, revela uma distorção que precisa ser enfrentada com urgência pelo poder público.

Além disso, a possibilidade de que dados sensíveis dos beneficiários do INSS tenham sido acessados irregularmente para viabilizar esses débitos não autorizados aponta para a necessidade de se reforçar os mecanismos de proteção de dados pessoais no sistema financeiro. A segurança das informações bancárias dos cidadãos, especialmente daqueles em situação de maior vulnerabilidade, deve ser tratada como prioridade absoluta.

1 <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2025/08/18/bancos-descumprem-regra-do-bc-e-expoem-aposentados-a-cobrancas-indevidas.htm>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

Neste contexto, a realização de audiência pública permitirá não apenas o aprofundamento da discussão sobre as falhas no sistema atual, mas também a construção coletiva de soluções que garantam maior transparência, responsabilização efetiva das instituições financeiras e mecanismos ágeis de reparação aos prejudicados. Trata-se de uma oportunidade para avançarmos na proteção dos direitos dos aposentados e na construção de um sistema financeiro mais justo e seguro para todos.

Sala da Comissão, de agosto de 2025.

PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE
Deputada Federal - PSOL/SP

Apresentação: 18/08/2025 21:08:30.490 - CFT

REQ n.74/2025

